

RELATÓRIO DE
TRANSPARÊNCIA
FISCAL

// DATA BASE: 3Q23 // EDIÇÃO 13



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**
SECRETARIA DA FAZENDA

O RTF

O que é?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.



Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado



CRITÉRIOS DE DEPURAÇÃO DOS DADOS

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios. Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intraorçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)
- Despesas empenhadas ao longo do exercício pelo critério liquidado

Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.



Valores:

- Excluídas receitas intraorçamentárias: **R\$ 17,1 bilhões** (2023) e R\$ 16,6 bilhões (2022)
- Excluídas despesas intraorçamentárias: **R\$ 17,2 bilhões** (2023) e R\$ 16,6 bilhões (2022)

RESULTADOS 2023



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

R\$ 3,62 bilhões

Despesa com Pessoal Poder Executivo

45,03% da RCL

(abaixo do limite prudencial – 46,55%)



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

R\$ 56,64 bilhões

(R\$ 50,63 bilhões em 2022)



Aumento da Dívida em R\$ 10,4 bilhões

Principalmente pela correção do CAM (coeficiente de atualização monetária)



RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (Plano Financeiro)

Déficit de R\$ 9,7 bilhões

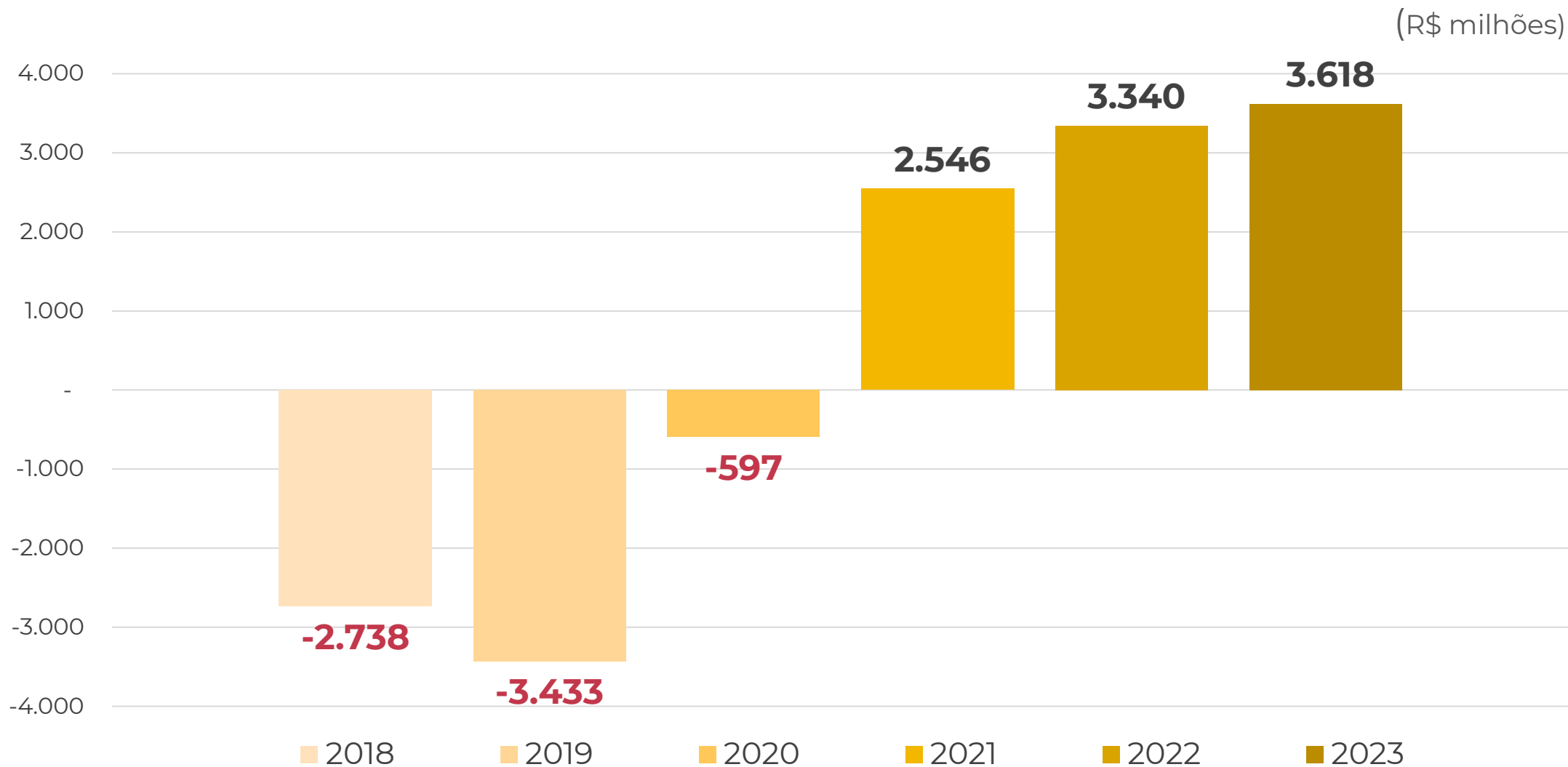
(aumento de 4% em relação a 2022 – pouco abaixo da inflação)



**PRINCIPAIS
RESULTADOS 2023
E SÉRIE HISTÓRICA**

**O
futuro
nos
une.**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2023 AJUSTADO

Detalhamento (R\$ milhões)		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO PUBLICADO	3.618	
(-) Serviço Dívida não executado (RRF)*	4.826	← Efeito “ Financiamento pela União ” RRF 2023
(=) Resultado Orçamentário Ajustado RRF	(1.209)	
(-) Receitas Extraordinárias	6.036	← Efeito Receitas Extraordinárias
Privatização Corsan	3.959	
Compensações LC 194/22 e LC 201/23**	1.449	
Rendimento SIAC (restituição poderes em abril)	627	
(=) Resultado Orçamentário Ajustado RRF e Receitas Extraordinárias	(7.244)	← Sem RRF e receitas extraordinárias esse seria o resultado orçamentário do Estado

Notas:

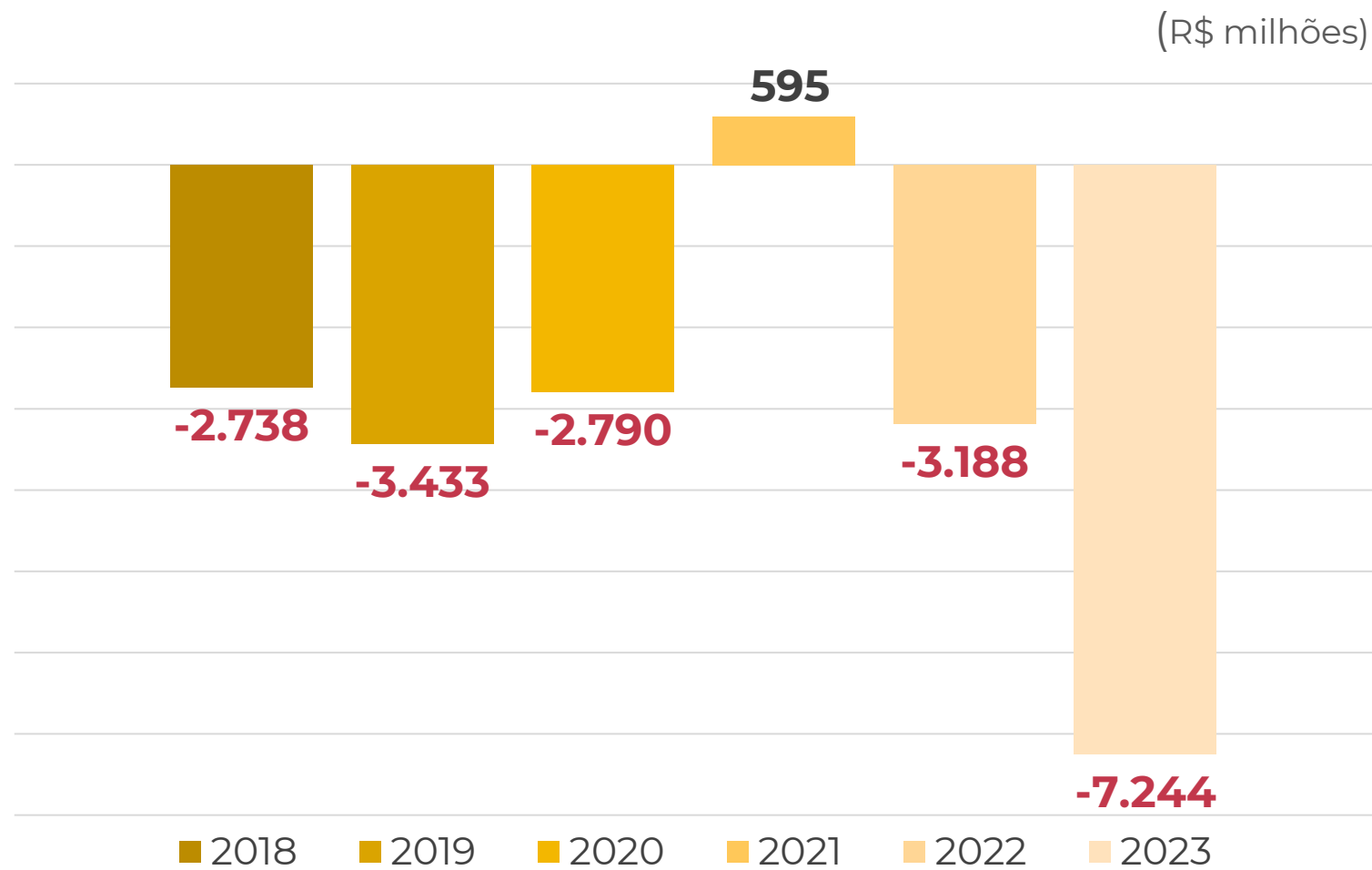
* Serviço da Dívida não executado contempla Dívida com a União e contratos de terceiros incluídos no RRF.

** Valor líquido de transferências aos municípios e Fundeb.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO

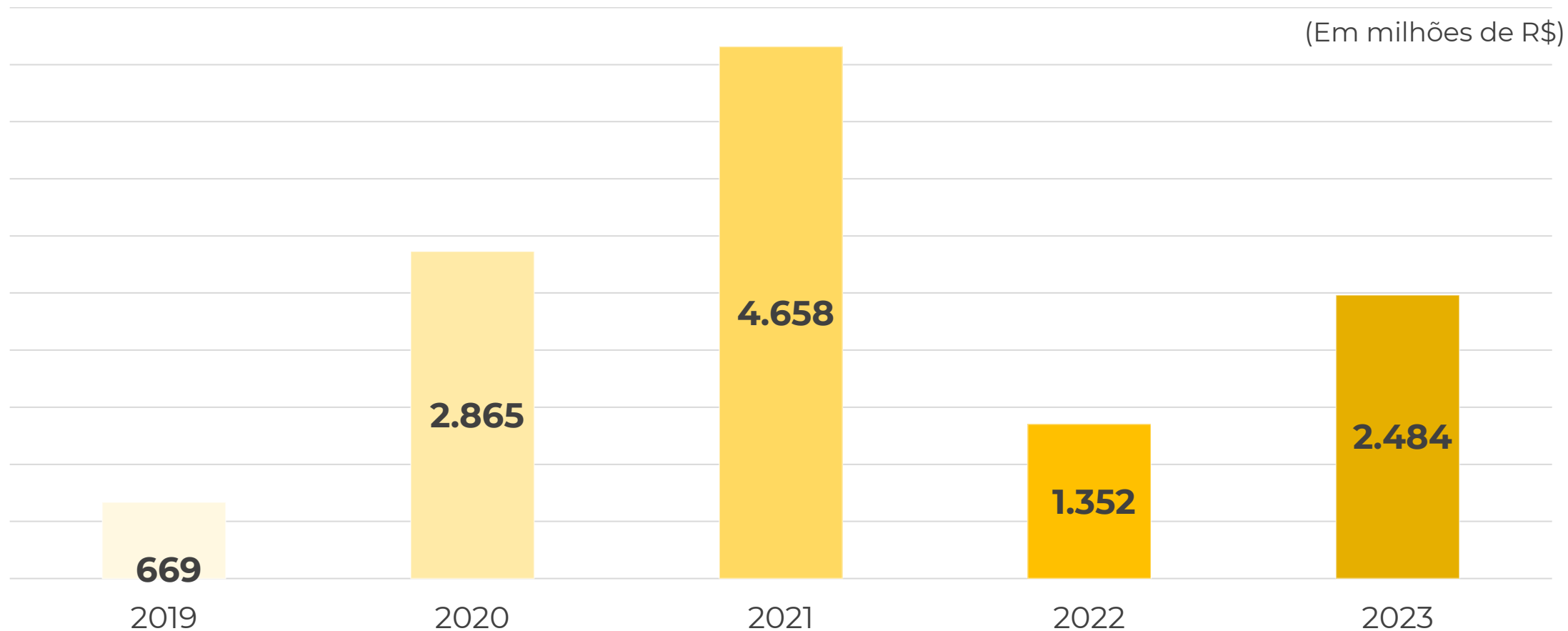
AJUSTES:

- 2022 e 2023: Efeito RRF (parcelas serviço da dívida) e Receitas Extraordinárias (privatizações CEEE-G e, Sulgás, compensações União e outras).
- 2021: Operações CEEE-D (passivo ICMS + Capitalização CEEE Par + Ex-Autárquicos + Imóveis) e Privatização CEEE-T.
- 2020: Receitas e Despesas extraordinárias COVID.



RESULTADO PRIMÁRIO

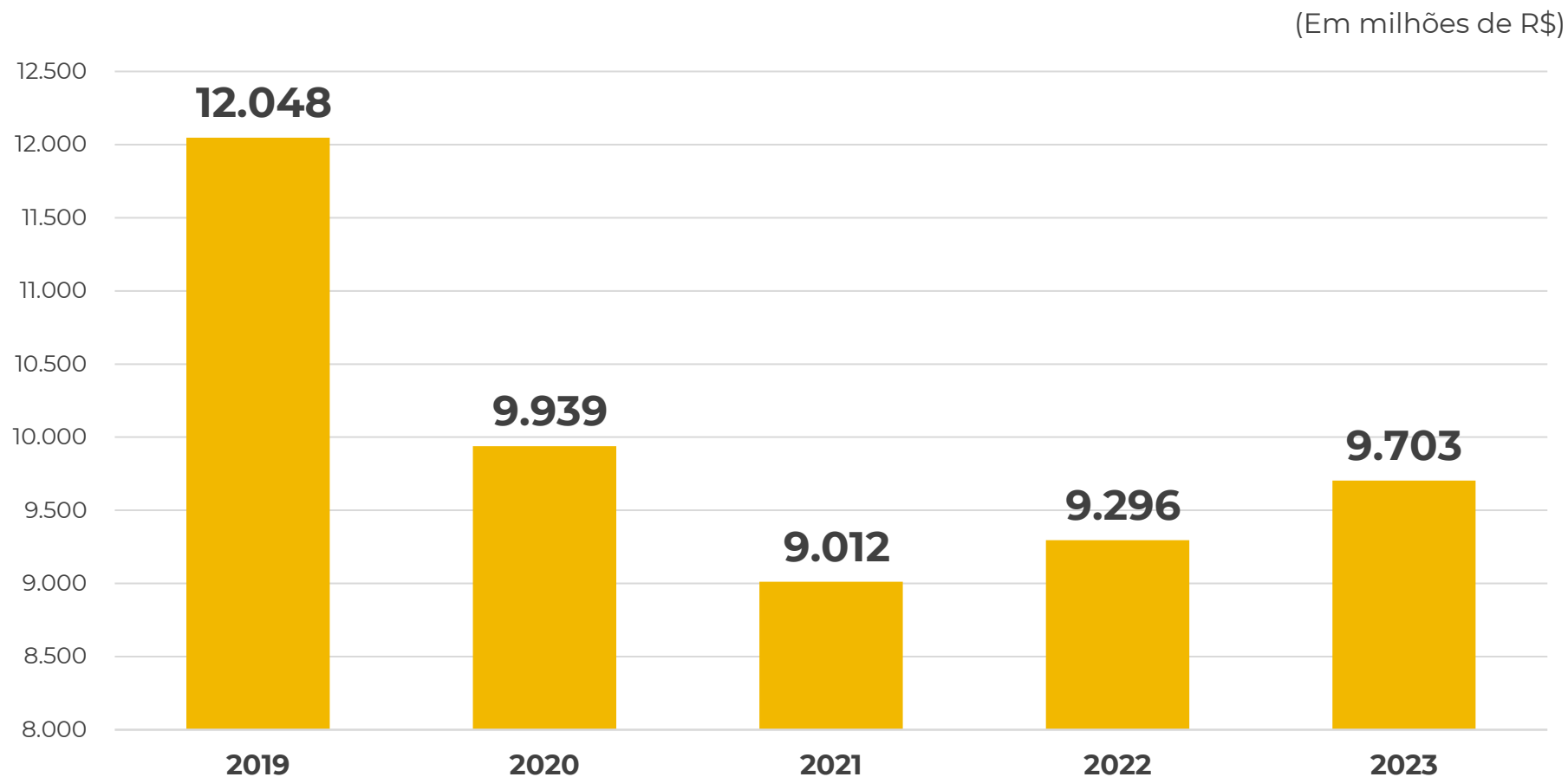
(Regime de Caixa)



Nota: Resultado Primário (critério caixa). Em 2023, sem RPPS. Para fins informativos, se incluído o RPPS, o Resultado Primário de 2023 seria R\$ 3,0 bilhões.

DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

(Plano Financeiro)

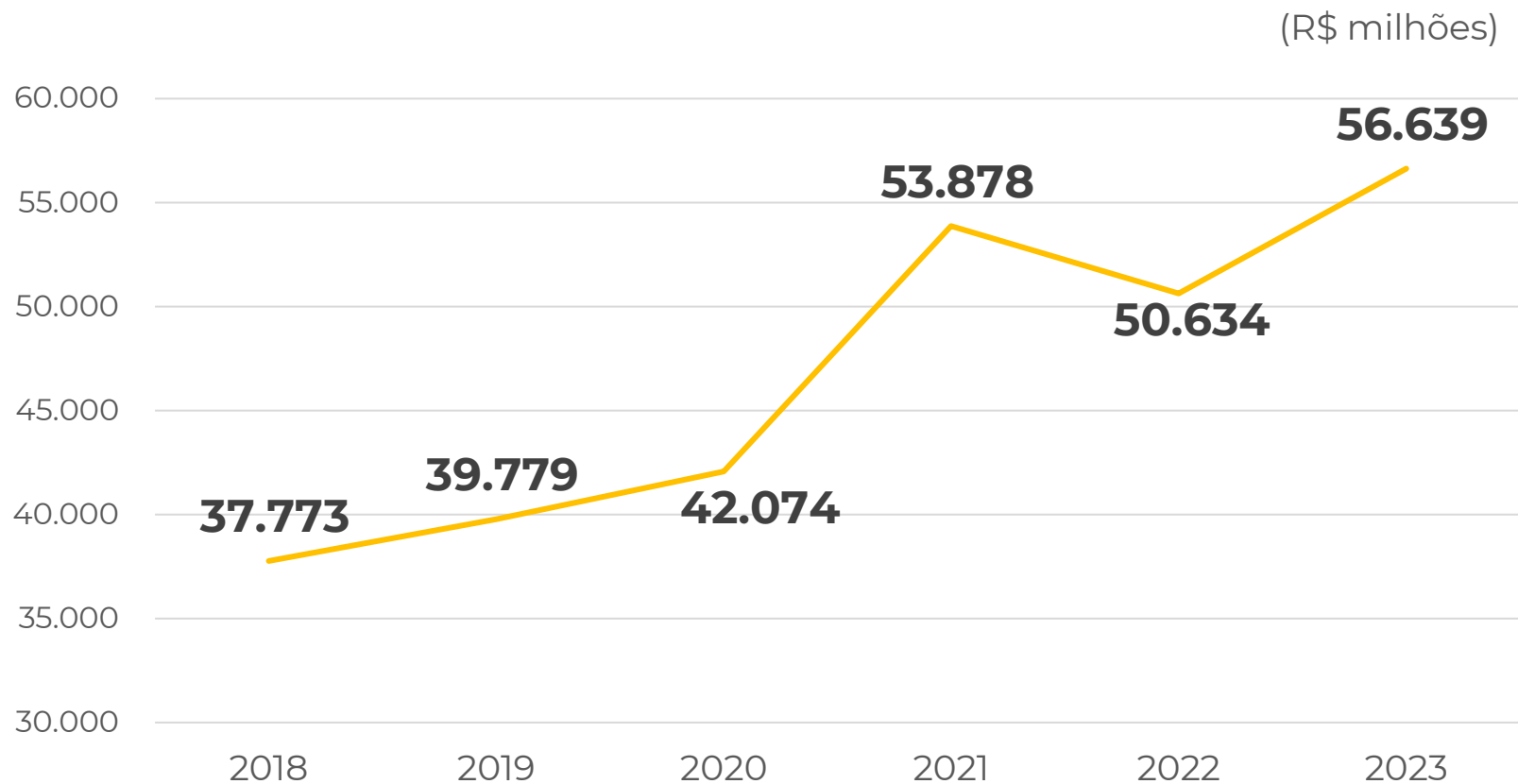


**Aumento no
déficit de
4,38% vs 2022**

- Pouco abaixo da inflação do período (IPCA): 4,62%

Nota: Não inclui as despesas administrativas.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RCL 2023
crescimento de
12% (R\$ 6 bilhões)
vs 2022

- **Receita dividendos da corsan** (R\$ 1,4 bilhão sem fluxo financeiro – precatório a receber)
- **Compensação União LC 194/22 e LC 201/23** (R\$ 1,4 bilhão líquido)
- **Rendimento SIAC poderes** (R\$ 627 milhões)

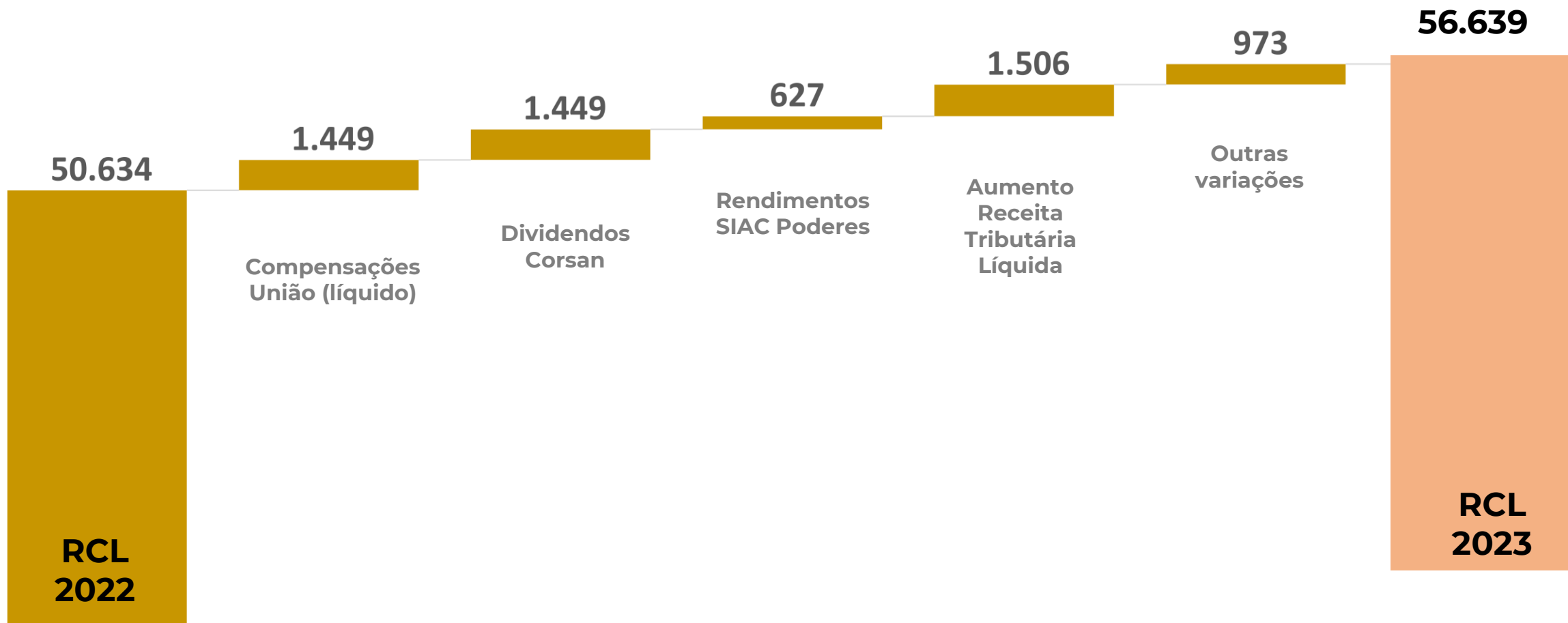


RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RCL engloba receitas que vão além das tributárias. Em geral, receitas não recorrentes.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Efeitos extraordinários sobre a RCL em 2023



PERDAS NA ARRECADAÇÃO DE ICMS

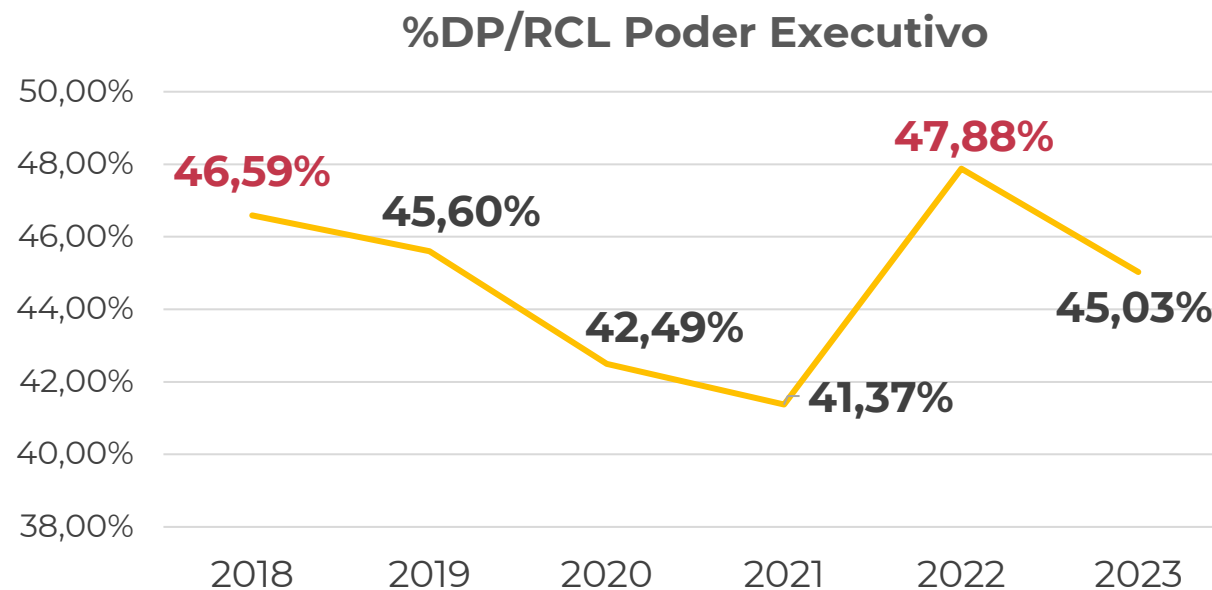
- A Lei Complementar 194/2022 determinou mudanças nas alíquotas do ICMS que resultaram em perdas de arrecadação. Essas perdas continuaram impactando negativamente a arrecadação em 2023.
- A arrecadação total de ICMS cresceu apenas 3%, abaixo da inflação.
- Mesmo com ganhos em 2023, a arrecadação de ICMS de combustíveis, energia elétrica e comunicações sofreu uma variação negativa em relação a 2022.

(Em bilhões de R\$)

SETOR	2023			2022			2022 PARA 2023	
	RANKING	VALORES NOMINAIS	CONTRIBUIÇÃO NA ARRECADAÇÃO	RANKING	VALORES NOMINAIS	CONTRIBUIÇÃO NA ARRECADAÇÃO	POSIÇÃO	VARIAÇÃO %
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1	7	15,7%	1	7,2	16,6%	0	- 2,1%
ENERGIA ELÉTRICA	5	3,1	6,8%	2	3,6	8,3%	- 3	- 14,6%
COMUNICAÇÕES	14	1,2	2,6%	14	1,4	3,2%	0	- 16,3%

DESPESA DE PESSOAL

Indicador da despesa com pessoal da LRF foi fortemente impactado pelo acréscimo de R\$ 6,0 bilhões na RCL.



Conversão completa ao critério federal em 2022

PODER EXECUTIVO

45,03%

Abaixo do limite prudencial (46,55%).

TODOS OS PODERES

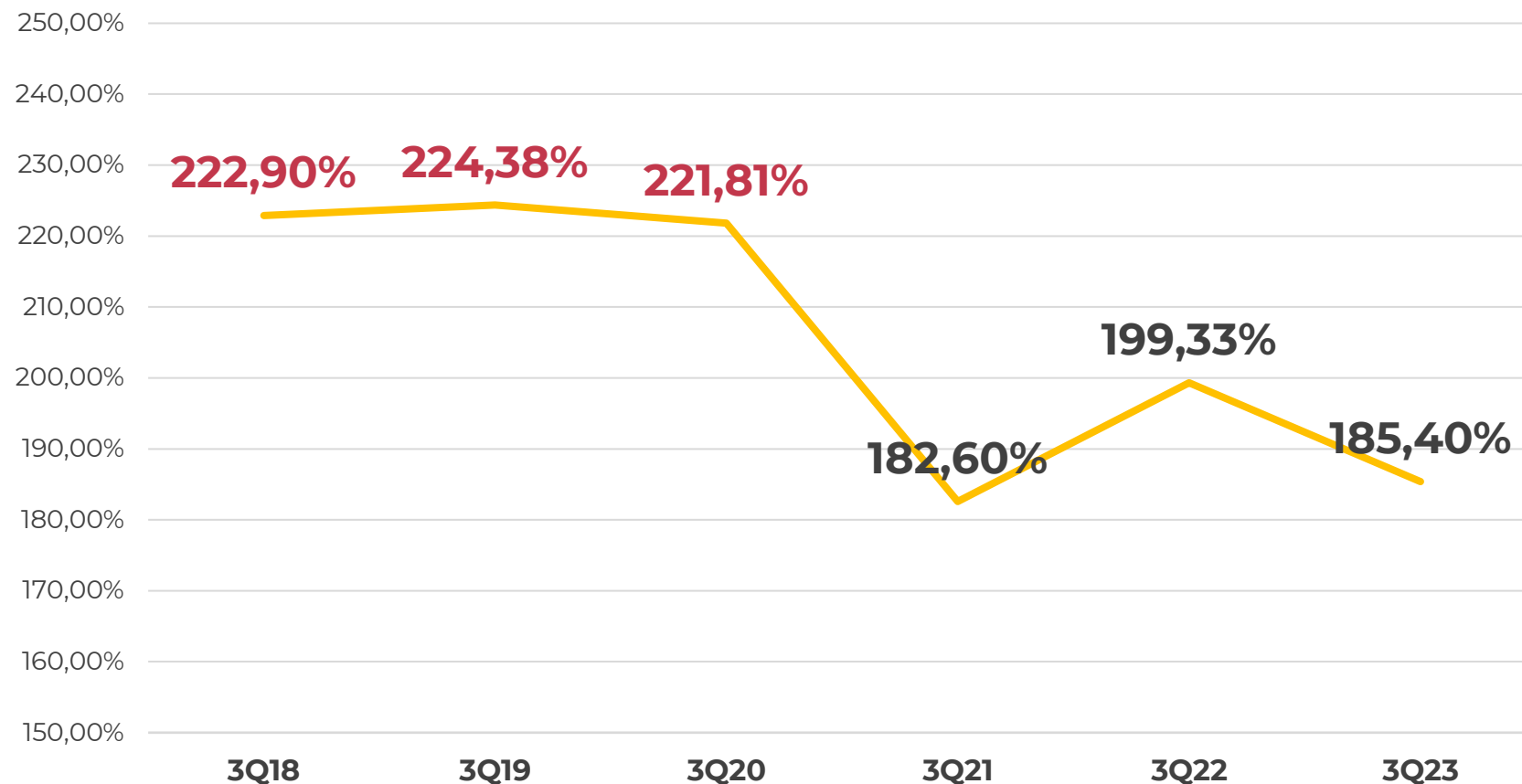
53,23%

Abaixo do limite prudencial (57,0%).

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

Convergência metodológica com STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Dívida Consolidada Líquida (DC/RCL)

- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022
- DCL: padronização metodológica dos registros contábeis dos saques dos depósitos judiciais às orientações STN + cancelamento dos restos a pagar da dívida com a União



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%

RECEITAS 2023

O
futuro
nos
define.

RECEITA TOTAL EFETIVA

RS tem elevada autonomia fiscal: impostos correspondem a 56% da RTE



R\$ 64,9 bilhões

Receita Total Efetiva em 2023

+R\$ 8,3 bilhões

aumento vs 2022

+14%

Aumento nominal vs 2Q22

Principais fatores que explicam o aumento da receita 2023 vs 2022:

- Privatização da Corsan R\$ 4,0 bilhões.
- Dividendos da Corsan sem fluxo de caixa R\$ 1,4 Bilhão.
- Compensação da LC 194/2022 e transferência da LC 201/2023 com efeito líquido de R\$ 1,4 bilhão.
- Rendimentos do SIAC dos Poderes e Órgãos Autônomos: R\$ 627 milhões reconhecidos orçamentariamente em 2023.

* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a **Receita Total soma R\$ 82,0 bilhões.**

RECEITA TOTAL EFETIVA

Valores em R\$ milhões	2023	2022	Δ R\$	Δ %
RECEITAS CORRENTES (exceto intraorçamentárias)	60.575	54.426	6.149	11%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	36.452	34.946	1.506	4%
CONTRIBUIÇÕES	5.484	5.046	438	9%
RECEITA PATRIMONIAL	4.118	2.000	2.118	106%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	12.851	10.862	1.989	18%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.670	1.573	97	6%
RECEITAS DE CAPITAL	4.325	2.493	1.832	73%
RECEITAS TOTAIS EFETIVAS	64.900	56.919	7.981	14%

- **Receita Bruta de ICMS** de R\$ 44,9 bilhões corresponde a um aumento nominal de 3,42%, abaixo da inflação do período.
- **Receita Patrimonial:** R\$ 627 milhões são referentes ao reconhecimento de receitas de rendimentos do SIAC e R\$ 1,4 bilhão a títulos de dividendos da Corsan sem fluxo de caixa.
- **Receita de Capital:** Privatização da Corsan (R\$ 4,0 bilhões) em 2023 vs da Sulgás (R\$ 955 milhões) e CEEE G (R\$ 928 milhões) em 2022.
- **Transferências correntes líquidas:** Compensação da LC 194/2022 e transferência da LC 201/2023 com efeito líquido de R\$ 1,4 bilhão.

ESTIMATIVA DE IMPACTO DAS ALTERAÇÕES NOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Valores em R\$ milhões	2024	2025	2026
Fim da cesta básica de alimentos	867	1.300	-
FAF - Fator de Ajuste de Fruição	343	600	-
Contribuição para o novo Fundo	167	567	800

- Valores potenciais acumulados por ano.
- Em dezembro de 2023, o Poder Executivo Estadual publicou série de decretos (57.364, 57.365, 57.366 e 57.367, de 16/12/2023) alterando alguns benefícios fiscais, como o fim dos benefícios sobre a cesta básica, o aumento do Fator de Ajuste de Fruição (que incide sobre alguns créditos presumidos) e a criação de contribuição sobre incentivos fiscais para a criação de um novo fundo de desenvolvimento, cuja vigência se dará a partir de 1º de abril 2024.
- A fruição de alguns benefícios de isenção e redução da base de cálculo ficarão condicionadas a depósitos a serem realizados pelos contribuintes em um fundo a ser definido. Os valores desses depósitos serão calculados com base nos benefícios usufruídos e representarão um percentual destes incentivos. Este percentual sofrerá variação até 2025, sendo os seguintes: 10% de abril/24 a setembro/24, 20% de outubro/24 a março/25, 30% abril/25 a setembro/25 e 40% a partir de outubro/25.

DESPESAS 2023

O
futuro
nos
une.

DESPESA TOTAL EFETIVA

**Gastos com
Pessoal: 59%**
da Despesa
Total Efetiva

R\$ 61,2 bilhões

Despesa Total Efetiva no 2023

+ R\$ 7,9 bilhão

vs 2022

+ 15%

vs 2022

** incluindo recursos intraorçamentários, a
Despesa Total soma **R\$ 78,4 bilhões***

Despesa 2022:
R\$ 53,3 bilhões

Aumento

- Despesa com Pessoal (R\$ 2,9 bilhões)
- Aumento das despesas com dívida em função da “escadinha” do RRF (R\$ 1,3 bilhão)
- Aumento das Inversões Financeiras (+1,3 bilhão) pela operação sem fluxo de caixa de dividendos da Corsan.

- **Redução Investimentos** (R\$ 449 milhões)

DESPESA TOTAL EFETIVA

R\$ milhões	2023	2022	Δ R\$	Δ %
DESPESAS CORRENTES	55.245	49.131	6.114	12%
Pessoal e Encargos	36.001	33.085	2.916	9%
Dívida (Juros e Encargos)	1472	482	990	205%
Outras Despesas Correntes	17.771	15.564	2.207	14%
DESPESAS DE CAPITAL	5.934	4.135	1.799	44%
Amortizações de Dívida	664	375	289	77%
Investimentos	2975	3.424	-449	-13%
Inversões Financeiras	2294	335	1.959	584%
DESPESAS TOTAIS EFETIVAS	61.178	53.266	7.912	15%

- **Despesas de Pessoal:** crescimento impulsionado pela revisão geral de 6%, reajuste Piso do Magistério, reestruturação das funções gratificadas e cargos em comissão, e pelo acréscimo de cerca de R\$ 1,0 bilhão nas despesas judiciais de pessoal, em razão dos maiores dispêndios com precatórios.
- **Juros e Encargos e Amortização da Dívida:** parcelas pagas à União conforme parcelamento do RRF (+ R\$ 1,3 bilhão)
- **ODC:** Aumento na função saúde (R\$ 1,4 bilhão);
- **Investimentos:** Apesar da redução, investimentos seguem em patamares superiores a 2021. Os principais valores investidos em 2023 foram para acessos asfálticos a municípios, recuperação e construção de rodovias.

DÍVIDA, CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS

O
futuro
nos
une.

DÍVIDA CONSOLIDADA

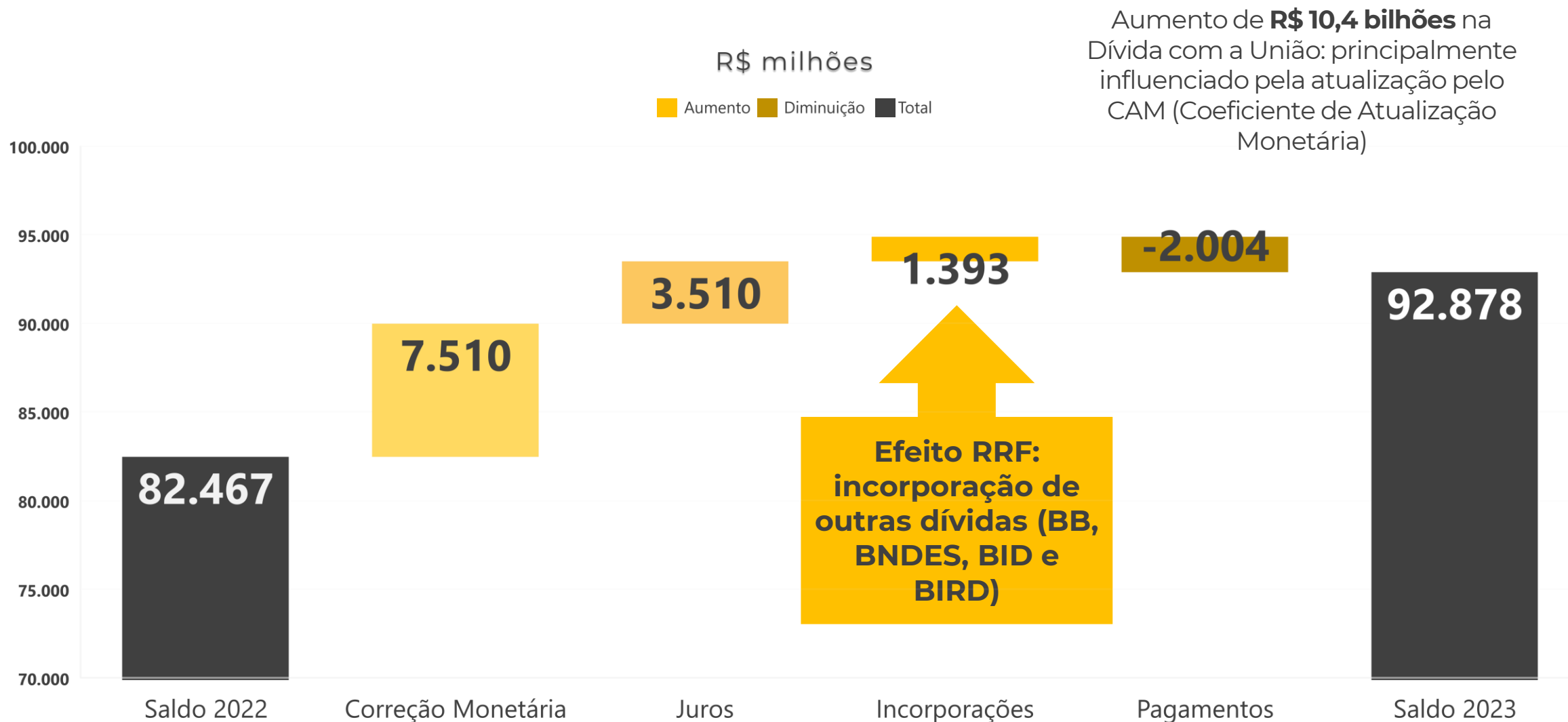
Saldo da Dívida Consolidada aumentou 8% em relação a 2022, em função do aumento da Dívida com a União de 13% (R\$ 10,4 bilhões) decorrente do:

- Aumento de R\$ 11,0 bilhões pela correção do CAM (Coeficiente de Atualização Monetária)
- Aumento de R\$ 1,4 bilhão em função do RRF (valor considera a atualização das parcelas refinanciadas da dívida com a união, adicionado das incorporações de dívidas do BB, BNDES, BID e BIRD);
- Pagamentos de R\$ 2 bilhões.

	2023	% sobre o total	2022	Δ%
INTERNAS	94.366	79%	84.162	12%
UNIÃO	92.878	78%	82.467	13%
BNDES	390	0%	513	-24%
BANCO BRASIL E CEF	632	1%	659	-4%
RFB	283	0%	313	-10%
DMAE POA	183	0%	210	-13%
EXTERNAS	8.266	7%	9.611	-14%
BIRD	6.493	5%	7.576	-14%
BID	1.773	1%	2.035	-13%
TOTAL DÍVIDA CONTRATUAL	102.632	86%	93.772	9%
PRECATÓRIOS (1)	16.096	14%	15.958	1%
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA	118.728	100%	109.730	8%

(1) Ao final de 2023, o saldo devedor de precatórios totalizou R\$ 16,6 bilhões, sendo que R\$ 523 milhões não integraram a Dívida Consolidada, em razão de regramento do Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, por terem sido emitidos antes de 05/05/2000.

DÍVIDA COM A UNIÃO



OUTROS PASSIVOS

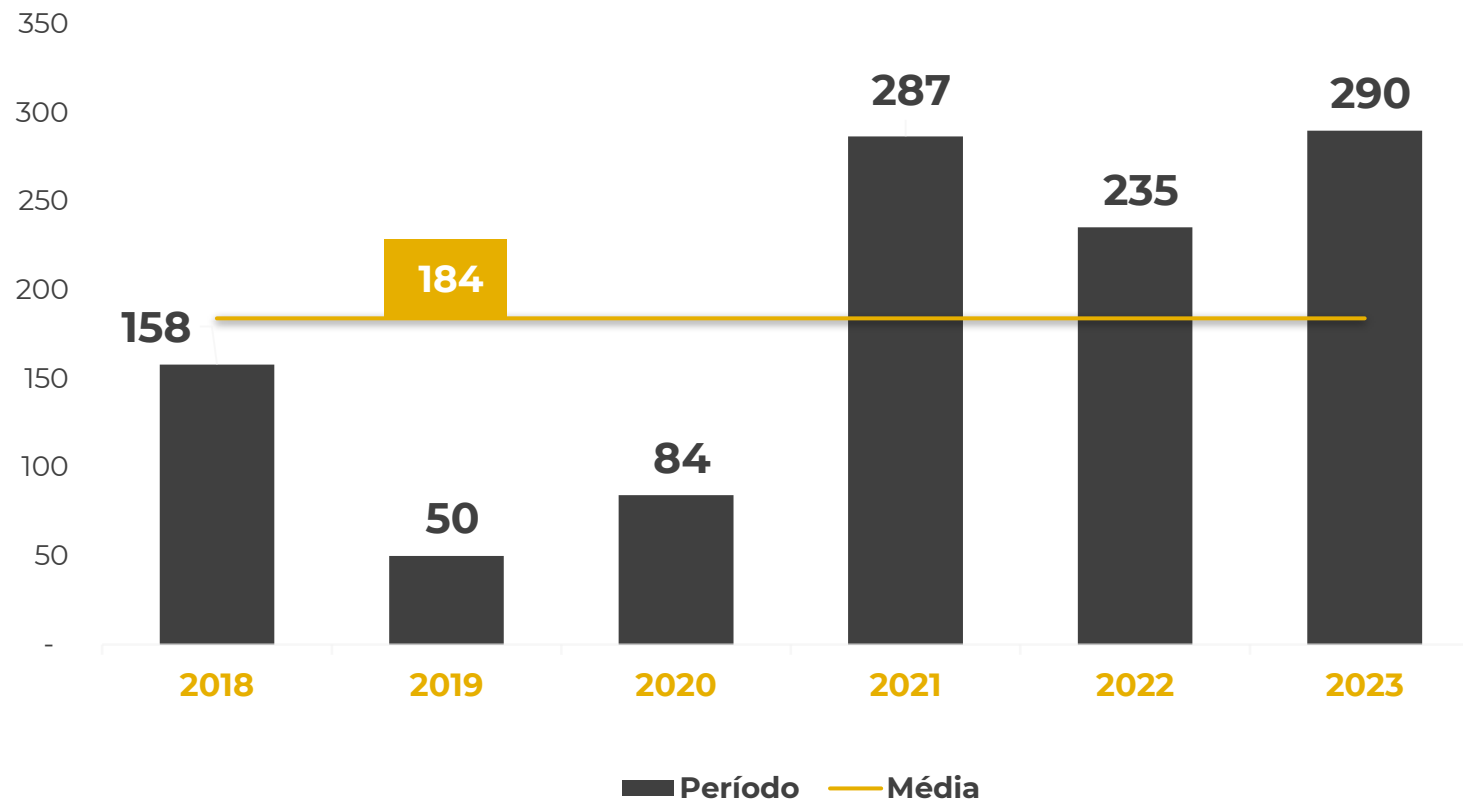
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** total utilizado de R\$ 10,5 bilhões, sendo R\$ 10,0 bilhões referentes ao estoque de terceiros. Recursos não sacados somam 31% do estoque de terceiros (acima dos 5% previsto em lei estadual).
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO*:** passivo de R\$ 418 milhões no 2023, muito aquém do passivo de R\$ 9,9 bilhões registrado em dezembro de 2019.
- **PROVISÕES e PASSIVOS CONTINGENTES:** provisões são passivos de alta probabilidade com valor ou prazos incertos e os passivos contingentes são valores de média probabilidade de ocorrência. O total das provisões é de R\$ 243,8 bilhões com destaque para as provisões matemáticas previdenciárias que totalizam R\$ 215,3 bilhões. Já os passivos contingentes totalizam R\$ 69,0 bilhões e desse valor R\$ 44,1 bilhões se referem às demandas judiciais que versam sobre a implantação do Piso Nacional do Magistério.

**excluindo depósitos judiciais*

BENEFÍCIOS GERADOS - CAGE



Em milhões



O benefício é quantificado e registrado – para fins gerenciais – quando constatada, por exemplo, que a orientação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado impulsionou a redução de valores licitados ou contratados, mantendo a quantidade e qualidade necessários dos bens e serviços; a interrupção ou adequação de pagamentos indevidos; ou a elevação de receitas.

Relatório de Transparência Fiscal

ACESSE NA ÍNTEGRA



Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE OS RELATÓRIOS



Relatório Anual da Dívida



Tesouro do Estado

RS Contábil



Cage – Contadoria e
Auditoria Geral do Estado

Receita Dados



Receita Estadual

Agradecemos!

JANEIRO 2024



GOVERNO
DO ESTADO

**RIO
GRANDE
DO SUL**

SECRETARIA DA FAZENDA